

A GEOGRAFIA POLÍTICA DOS CONFLITOS: INDICAÇÕES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER E O USO DA VIOLÊNCIA DURANTE A GUERRA DO CONTESTADO

The Political Geography of Conflicts: Indications for the analysis of power relations and the use of violence during the Contestado War

Gustavo Glodes Blum¹

Recebido em: outubro de 2017.

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017.

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo realizar uma breve revisão bibliográfica a respeito dos usos políticos da violência, e a sua relação com os conflitos e os ordenamentos territoriais. Desta maneira, partindo do arcabouço teórico não apenas da Geografia Política, mas também de outras áreas das ciências sociais, realiza-se uma reunião de indicações para compreender as relações de poder e o uso da violência durante a Guerra do Contestado. Desta maneira, o trabalho aborda, inicialmente, a discussão a respeito do poder e do desenvolvimento das práticas de uso e disputa pelo espaço. Trazendo a discussão dos conflitos e sua espacialidade, busca apresentar questões relevantes para a compreensão dos mesmos enquanto processos sócio-espaciais. Posteriormente, dedica-se a compreender o papel essencial que a violência cumpre na estruturação e no ordenamento dos territórios. Partindo dos tipos de violência (objetiva, subjetiva e simbólica), debate a forma como o exercício das relações de poder, sobretudo durante a Guerra do Contestado, representa uma das formas de uso da violência conhecidos como políticas de produção da morte, ou *necropolíticas*.

Palavras-chave: Poder; Violência; Guerra do Contestado.

Abstract

This paper has as its main objective to briefly review bibliographical basis related to the uses of violence, and its relation to conflicts and territorial management. Thus, starting from the theoretical framework of Political Geography, but also within the framework of other social sciences, we seek to reunite indications for the understanding of power relations and the uses of violence during the Contestado War. In such a fashion, this paper initially debates power and the development of practices of use and dispute for space. Discussing conflicts and their spatiality, we seek to present some relevant questions to the comprehension of those as socio-spatial processes. After this discussion, we dedicate ourselves to understand the essential role that violence fulfills in the structuration and management of territories. From the different kinds of violence (objective, subjective and symbolic), we debate the manners in which the exercise of power relations, above all those occurring in the midst of the Contestado War, represents one of the uses of violence as death-producing politics, or necropolitics.

Keywords: Power; Violence; Contestado War.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar, dentro da discussão proposta pelo VI Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, II Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços, e I Congresso Brasileiro do Centenário do Contestado, algumas indicações que buscam relacionar as discussões dentro da Geografia Política e das Relações Internacionais naquilo que se refere aos conflitos com utilização da violência.

Sabe-se que a Guerra do Contestado se desenvolveu em razão de disputas territoriais, assim como em razão de tentativas subsequentes, estatais e não-estatais, de exercer soberania sobre um determinado recorte espacial. Da mesma forma, a maneira através da qual essa oposição ocorreu, tanto em razão de conflitos armados diretos como do uso organizado da violência entre as diferentes partes beligerantes, chama a atenção para a necessidade de uma análise voltada à violência e aos conflitos. Este é o objetivo deste trabalho.

Para tal, subdivide-se a discussão em duas seções distintas, visando a complementariedade e a complexidade do tema. Primeiramente, debate-se a realidade dos conflitos enquanto processos socioespaciais, e a necessidade de compreender o papel da Geografia enquanto ciência na compreensão dos mesmos. Em um segundo momento, apresenta-se a discussão entre o uso da violência e seu caráter estruturante de territórios. Por fim, utilizando-se das categorias apresentadas acima, busca-se realizar uma breve análise de como ocorreu a relação entre as violências várias, as legitimidades e os poderes durante a Guerra do Contestado.

As discussões aqui apresentadas são resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Redes e Poder no Sistema Internacional” (RPSI), do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Atualmente, o RPSI desenvolve o projeto “As redes da guerra e a guerra em rede”, que busca compreender a guerra como fenômeno social, assim como resultado das relações de força no Sistema Internacional, o que pode ser afirmado também com relação à Guerra do Contestado, este sintoma de como a política internacional se relaciona diretamente com violências realizadas no terreno local sagrado dessa luta eterna.

Os conflitos como processos sócio-espaciais

Tradicionalmente, a abordagem a respeito dos conflitos sociais tem levado em conta, tanto nas Relações Internacionais como na área da Geografia Política, as disputas políticas estabelecidas entre Estados-nação e suas burocracias civis-militares. É relevante perceber que em uma bibliografia mais conservadora a respeito de ambos os temas, esses conflitos estejam

restritos às batalhas entre forças armadas ou aos imbróglis diplomáticos causados por choques de interesses.

Como indica Gianfranco Pasquino, porém, os conflitos se caracterizam por ser muito mais amplos que apenas essa circunscrição estatal, já que “[e]xiste um acordo de que o conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (PASQUINO, 2010, p. 225). Portanto, para a análise das relações de conflito, faz-se necessário compreender a ideia de recurso e a ideia de disputa. Para tal, buscar-se-á na teoria de Milton Santos sobre o espaço algumas indicações para compreender estes elementos.

Para Milton Santos, o espaço é composto por uma soma de elementos tanto materiais quanto imateriais que constituem as bases das possibilidades de ação humana. Em sua definição clássica a respeito do espaço, Santos (2012) afirma que

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (...) Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. (SANTOS, 2012, p. 63)

Para o autor, é impossível pensar a própria existência humana sem considerarmos estes dois aspectos essenciais do espaço, que é a base para qualquer interação humana: os objetos e as ações. Porém, mais do que apenas a relação entre eles, é a consequência política, da relação de poderes estabelecida entre os indivíduos, grupos, coletividades citadas por Pasquino, que nos permite compreender com mais afinco a relação de disputa e de choque que caracteriza os conflitos. Isso se dá, segundo Milton Santos, uma vez que

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, *loc. Cit.*)

A interação entre os diversos agentes envolvidos nessa dinâmica espacial nos indica a necessidade de compreender que tanto os objetos como as ações têm caráter estruturante na ação humana sobre o espaço geográfico, que em si é caracterizado por este componente. E é justamente essa característica de interação, de relação que se estabelece entre os diferentes agentes, que permite compreender que o uso do espaço determina que as relações humanas são

socioespaciais, e assim como o estudo do espaço não se completa sem o estudo da sociedade, o contrário também é verdadeiro como determina Marcelo José Lopes de Souza:

Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais. (SOUZA, 2013, p. 16)

É essa compreensão que deve ser utilizada para que seja possível compreender os conflitos enquanto processos sócio-espaciais, Ora, se o desenvolvimento de uma prática social como a disputa por recursos escassos é uma interação social, ela se dará, de uma maneira ou de outra, sempre a partir desta perspectiva da relação, também, com o espaço, ainda que apropriado de uma maneira apenas simbólica.

Em razão de todas essas características, é possível afirmar que toda relação de disputa com relação a recursos espaciais enquadra-se na discussão a respeito da relação entre o poder e as relações sócio-espaciais, o tema por excelência da Geografia Política. Se os conflitos são caracterizados por uma disputa de recursos escassos, eles são diretamente espaciais, seja por no espaço ter a sua fonte e sua causa, seja por no espaço ocorrerem e nele terem lugar ou termo, pois são a oposição de poderes.

Horacio Capel (2014) indica que o poder deve ser compreendido espacialmente como um termo ambíguo. Falar dessa ambiguidade do poder significa dizer que ele pode ocorrer de várias formas, incluindo formas diferentes que têm lugar no espaço ao mesmo tempo. É por isso que a ênfase na análise social do espaço se torna relevante, pois só seremos capazes de realizar uma Geografia Política dos Conflitos caso levemos em conta essas relações de poder. Para isso, Capel utiliza-se de uma metáfora etimológica do poder. Segundo o autor, é a ambiguidade entre o substantivo “poder” e o verbo “poder” que apresenta uma realidade fascinante para a análise geográfica, já que

O primeiro tem significado de (segundo o *Diccionario de la Real Academia*): “1- Domínio, império, faculdade jurisdicional que alguém tem para mandar ou executar alguma coisa”; um sentido que está relacionado com sinônimos como autoridade, mando, senhorio, governo, potência, energia, força, empuxo, vigor, e com posse, posse ou propriedade. O segundo [aparece] como verbo intransitivo: “1- Ter a expedida faculdade ou potência para fazer uma coisa. 2- Ter facilidade, tempo ou lugar para fazer uma coisa”; isto é, o poder como

capacidade de fazer algo, ter competência, ter faculdades ou aptidão para algo.
(CAPEL, 2014, p. 3)

Ambas as categorias que Capel apresenta, a de poder-substantivo e de poder-verbo, relacionam-se com a tentativa de estabelecer uma circunscrição de poder nos conflitos. A disputa sobre os recursos – e também sobre as pessoas, como costuma ocorrer em conflitos de disputa de poder institucional – aparece, então, como uma relação de disputa entre aquelas relações substantivas, mas também de tentativa de estabelecer quais são os limites do poder, uma característica tão importante quanto a produtividade do poder, nas palavras de Claude Raffestin (1993). Para o autor, não apenas a leitura daquilo que os agentes sócio-espaciais conseguem realizar é importante, mas também aquilo que não conseguem executar, limitando, desta maneira, sua capacidade em executar os seus projetos de poder.

Ao falar de projetos de poder, estamos debatendo, necessariamente, um certo jogo de interesses e intencionalidades no uso do espaço. Assim, reúnem-se, nesta prática, não apenas o uso efetivo do espaço, mas também todas as intenções, todas as paixões e todas as expectativas de atingir os objetivos com relação a esse espaço (SANTOS, 2012). Da mesma maneira, o desenvolvimento de projetos leva às tentativas de execução dos mesmos, o que exige uma reflexão sobre as diferenças de capacidades entre os agentes envolvidos no conflito.

Essas diferenças de capacidade podem ser analisadas a partir de diversas perspectivas, tendo como base a leitura a respeito da simetria entre os agentes envolvidos. Enquanto simetria, considera-se a “existência de uma equivalência real, [que] impede o crescimento de uma organização ou de uma estrutura em detrimento da outra” (RAFFESTIN, 1990), uma vez que a equivalência de capacidades de partes envolvidas em conflitos permite uma relação mais equitativa.

Essa simetria, porém, é muito difícil de ser atingida, uma vez que exige uma certa igualdade jurídica (quando os entes têm acesso ao reconhecimento por parte do Estado de maneira similar), de capacidades (de alocação, de uso de recursos, sejam militares, econômicos ou tecnológicos) e de números (os números relativos e absolutos de pessoas envolvidas em cada um dos lados).

Ao invés de se tratar de uma anatomia positivista a respeito das partes beligerantes, todas essas capacidades, caso estejam em simetria ou assimetria, serão fundamentais para compreender a forma como se usa o espaço e os conflitos enquanto processos sócio-espaciais, uma vez que eles se referem à tentativa de organização e ordenamento dos territórios. Assim, surge a razão pela qual Yves Lacoste (2012) afirma que toda guerra é essencialmente geográfica:

A geografia, enquanto descrição metodológica dos espaços, tanto sob os aspectos que se convencionou chamar “físicos”, como sob suas características econômicas, sociais, demográficas, políticas (para nos referirmos a certo corte do saber), deve absolutamente ser recolocada como prática e como poder, no quadro das funções que exerce o aparelho de Estado, para o controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra. (LACOSTE, 2012, p. 23)

Compreender, portanto, a guerra em suas acepções explícitas, mas também enquanto forma de observar a realidade, enquanto forma de desenvolver práticas de administração territorial. Compreender, porém, também, o papel que a violência e as práticas e tentativas de governar a vida e a morte cumprem na constituição e manutenção dos territórios. É a essa discussão que se dedica a próxima seção deste trabalho.

Violência e constituição dos territórios: o caso do Contestado

Em sua acepção mais básica, o território pode ser considerado enquanto “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, sendo fundamental compreender que estas relações de poder implicam, necessariamente, relações de dominação e de subjugo, de influência e ordenamento do próprio uso do espaço (SOUZA, 1995).

Ao mesmo tempo, o território é uma construção social, e não algo natural. Nas palavras de Raffestin, “[o] território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”, uma vez que o próprio processo de apropriação do espaço – material ou ideologicamente – já constitui um processo de territorialização do mesmo (RAFFESTIN, 1990, p. 145). Sendo um conjunto de relações de poder, essa dinâmica exige que a compreensão do território se dê a partir de uma perspectiva dinâmica, de concomitância dos projetos de poder e das tentativas de apropriação, uma vez que “[o] território, assim, não é a apenas ‘coisa’, conjunto de objetos, mas, sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete” (HAESBAERT, 2011, p. 281).

Há, porém, uma faceta “esquecida” do poder, ainda que sempre presente. O ideal do poder, segundo Raffestin (1993), é ver sem ser visto, e organizar sem ser percebido. Assim, ao longo do desenvolvimento da teoria política ocidental, é possível perceber a forma como alguns funcionários do Estado tentarão apresentar o poder não como uma questão prementemente ligada à violência, mas sim ao ordenamento e organização da sociedade (BOBBIO, 1987). Houve a necessidade do uso direto da violência direta no centro do poder mundial, com a execução dos projetos de extermínio por parte do regime nazista na Alemanha nas décadas de 1930 e 1940 que a teoria política ocidental se voltasse à questão do uso da violência nos territórios, com autores como Hannah Arendt (2012, 2006) e Giorgio Agamben (2004). Essa violência, porém, é essencial

para compreender a constituição dos territórios, sendo que ela já era utilizada ao menos desde o século XVIII em todas as outras partes do mundo, colonizadas por potências euroangloamericanas.

Esta violência, para ser considerada como constituinte dos territórios, deve ser analisada a partir de suas facetas.² Para Slavoj Žižek (2014), faz-se necessário debater a violência não apenas enquanto atos violentos cometidos entre grupos ou indivíduos, organizados ou não. É fundamental compreender que, ao abordar a violência, fala-se “não só da violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça de violência” (p. 24). Para o autor, haveria três formas de violência: a violência subjetiva, a violência objetiva e a violência simbólica.

A violência, para Žižek (*op. cit.*), é um processo de estímulo e resposta. Ela sempre tem uma intencionalidade, independentemente da forma que assuma. Porém, compreender os territórios é compreender a forma como a violência organiza as pessoas, ordena o funcionamento das relações sociais em suas facetas. Se a violência subjetiva é esta característica de “violências que irrompem do nada”, que parece não fazer sentido – como foi o caso de algumas atitudes na sociedade cabocla do Contestado em algumas situações –, as violências objetivas são aquelas estruturadas em torno de um funcionamento de um sistema social, que, através das relações de acesso e não-acesso, desenvolvem uma colocação social, a criação de uma geometria de acesso e de poder relativo dos entes de uma sociedade, para usar os termos de Doreen Massey (2005).

Frantz Fanon (2001) reafirma a importância da violência na organização de uma sociedade. Debatendo o uso explícito da violência em países colonizados, usado pelas potências coloniais contra as populações colonizadas, Fanon reforça a importância da compreensão do mundo colonizado, trazendo uma leitura assustadoramente similar àquela ocorrida na região do Contestado antes, durante e depois do conflito secular:

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e as delegacias de polícia. Nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. (...) Nas regiões coloniais (...) o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e o aconselham, a golpes de culatra ou incendiando seus povoados, que não se mova. O intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não alivia a opressão, não faz o domínio mais velado. Ele os expõe, os manifesta com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado. (FANON, 2001, p. 33)

Ora, o uso direto da violência subjetiva, objetiva e simbólica é algo perceptível na organização dos territórios. Sobretudo naqueles subalternizados por um ordenamento hegemônico, como foi o caso da região do Contestado após a chegada da Companhia Lumber de colonização na região. Segundo Nilson Fraga, essas práticas de violência foram ainda mais visíveis no decorrer do conflito. Afirma o autor que

Para se ter uma ideia do que foram aqueles dias, no Vale de Santa Maria, Potyguara registra nas incursões de entrada a queima de 902 casa, uma igreja, a morte de 133 caboclos e 12 soldados. E quando chega ao fundo do Vale, aponta em seu relatório, outros 91 rebeldes e 18 soldados mortos. A partir do dia 03 de Abril, mais uma centena de caboclos seriam mortos, mas não vale a pena ficar calculando o genocídio, porque a “queima geral” do seu relatório não permite saber quantos foram calcinados pelo fogo, dentro dos casebres e das mais de uma dezena de igrejas. (FRAGA, 2010, p. 93-94)

Percebe-se, neste caso, as três facetas de uso da violência. Se o uso objetivo da violência no extermínio e na morte dos caboclos é o mais visível, a violência subjetiva apresenta-se na forma como as pulsões e as subjugações, as práticas de dominação não apenas dos soldados brasileiros, mas também dos vaqueanos, dos contratados pela Lumber e dos policiais dos estados do Paraná e de Santa Catarina, se liberarem em um cenário de terror. Ao mesmo tempo, a queima de igrejas e de outros lugares têm uma função estratégica, uma função simbólica – o esquecimento e apagamento total da existência dos lugares de resistência do Contestado, que apenas agora começam a ser ressignificados.

Estes elementos permitem compreender o uso, por parte do Estado brasileiro em defesa de demandas de companhias privadas, de necropolíticas. Segundo Achille Mbembe (2003), as necropolíticas podem ser consideradas enquanto “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e de populações” (p. 14). Segundo o autor, a administração dos territórios através da violência reúne características objetivas, subjetivas e simbólicas. Para Mbembe,

A inscrição de novas relações espaciais (territorialização) [é], em última instância, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos arranjos de propriedade [pré-]existentes; a classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias; a extração de recursos; e, finalmente, a produção de um grande reservatório de imaginários culturais. Esses imaginários [dão] significado à promulgação de direitos diferentes a pessoas diferentes por propósitos diferentes no mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço [torna-se], então, a matéria-prima da soberania e da violência carregada consigo. (MBEMBE, 2003, p. 24-25)

A distinção visível entre os caboclos e a Companhia de Colonização, e existência de zonas de rápida apropriação econômica por parte da Lumber e do Estado em detrimento da organização previamente existente na sociedade cabocla demonstram a forma como, na região, foram aplicadas lógicas necropolíticas. Transforma-se o corpo e a existência humana, como dito por Mbembe, em material desperdiçado ou, para usar o termo de Judith Butler (2015), “vidas descartáveis” e que não são dignas de luto.

O exercício da soberania surge, então, também como uma questão de estabelecer limites à ação territorial das pessoas. Trata-se, portanto, de um jeito de se colocar em prática a biopolítica e a necropolítica, que podem ser considerados a base dos projetos de poder, suas escolhas e seus impactos na ação dos agentes socioespaciais. O próprio espaço, para Mbembe, surge como um ativo de poder, uma forma de estabelecer estes projetos:

Estes imaginários deram significado à promulgação de diferentes direitos a diferentes categorias de pessoas por diferentes propósitos dentro do mesmo espaço; basicamente, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, o material bruto da soberania e da violência que era carregada consigo. A soberania significava [na colônia] ocupação, e a ocupação significava relegar o colonizado a uma terceira zona [jurídico-política] entre ser sujeito político e objeto. (MBEMBE, *op. cit.*, p. 26)

A necropolítica, portanto, aparece enquanto esse exercício de diferenciação, de subjugação, de manutenção do menos em favor da biopolítica, já que se trata de uma condição necessária. Já que se pode falar em luta política em razão da escassez dos recursos territoriais como nos demonstra Raffestin (1993), a escolha da cessão destes mesmos recursos, através das políticas de delimitação e hierarquização dos espaços, dos recursos e, principalmente, das pessoas, faz referência direta à limitação das capacidades de agência de alguns em favorecimento de outros, ou da produção de vida de uns, pautada pela limitação da vida de outros.

Constrói-se, assim, a ideia de que a administração espacial necessariamente se relaciona, através da governamentalidade, tanto à biopolítica quanto à necropolítica. O exercício da soberania através do biopoder, portanto, é uma categoria fundamental a ser analisada dentro da Geografia Política, em ambas as suas facetas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender dois eixos principais de discussões a respeito da Geografia Política. Em um primeiro momento, a intenção foi debater de qual forma os diversos conflitos podem ser compreendidos enquanto processos sócio-espaciais e sua relação com o exercício do poder. Este exercício se dá, essencialmente, através do uso e da gestão do

espaço e dos territórios múltiplos, o que apresenta a necessidade de debater, dentro da Geografia Política, uma nova forma de compreender os conflitos e as relações de poder no espaço, tirando a primazia da análise militar e buscando compreender seu caráter essencialmente geográfico.

Num segundo momento, debateu-se a relação entre as práticas de administração do território e as diversas formas de uso da violência. Através da divisão em uma série de possibilidades de análise, discutiu-se a relevância de compreender o uso da violência não apenas enquanto a execução de violência direta, mas também como forma simbólica, objetiva e subjetiva de organização e administração dos territórios. Buscou-se apresentar algumas das informações obtidas em pesquisas recentes de forma a, ao invés de esgotar o tema, abrir novas agendas de pesquisa para a Geografia Política.

Compreendemos que o caso do Contestado é representativo em diversos aspectos para a discussão a respeito dos diversos usos da violência e das práticas de morte, as diversas necropolíticas. Os fatos ocorridos na região não apenas na época do conflito, mas também posteriormente, representam violências estruturais sofridas e executadas por sobre as populações locais que, até hoje, sofrem as violências que vão desde a exclusão social e a fome, até o silenciamento e o esquecimento. Assim, faz-se necessário continuar e desenvolver a pesquisa nestes novos sentidos, para tentar compreender a forma como o governo da vida e da morte se tornam temas da Geografia Política, mas, sobretudo, de debate a respeito da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Eichmann in Jerusalem: A report on the banality of evil**. Nova York: Penguin Press, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAPEL, Horacio. El poder. Una perspectiva geográfica. **Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XIX, n. 1100, 2014, s/p.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: FCE, 2001.

FRAGA, Nilson C. **Vale da morte: o Contestado visto e sentido “entre a Cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”**. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010.

HAESBAERT da C., Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, SP: Papyrus, 2012 [1985].

MASSEY, Doreen. **For space**. Londres: SAGE Publications, 2005.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, ano 15, v. 1, p. 11-40.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência** : seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

PASQUINO, Gianfranco. Guerra. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpressão, 2010.

RAFFESTIN, Claude. Autour de la fonction sociale de la frontière. **Espaces et sociétés**, 1992, n. 70/71, p. 157-164.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7. reimp. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1996].

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1993 [1980].

SOUZA, Marcelo J. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012[1992] (2012b).

¹ Mestre em Geografia (UFPR) e Bacharel em Relações Internacionais (UNICURITIBA).

² Embora não se pretenda, neste trabalho, esgotar o tema da violência, para a análise do caso do Contestado esta forma de análise parece ser bem apropriada, uma vez que o conflito envolveu, direta ou indiretamente, tanto uma como outra faceta, no período de ocorrência dos conflitos, assim como no período posterior que se estende até hoje como uma violência estrutural.